



## Artigos Originais

# Estado, Relações de Gênero e Violência Entre Moradores de Rua

*State, Gender Relationship and Violence Between Homeless*

**Dalvan Antonio de Campos**<sup>1</sup>  
**Heitor Cardosos Mondardo**<sup>1</sup>  
**Rodrigo Otávio Moretti-Pires**<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Santa Catarina

**Resumo:** O artigo analisa os efeitos das relações de gênero nas experiências de violência nas trajetórias de moradores de rua do município de Florianópolis/SC a partir de uma pesquisa desenvolvida nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, com postura construcionista social, utilizando entrevistas individuais com pessoas gays, lésbicas e heterossexuais que moram nas ruas e registros provenientes da observação participante. As violências no contexto familiar provenientes da não aceitação das identidades de gênero foi o estopim da ida para as ruas e como agravantes para situações de violência no contexto de rua. O estigma por ser morador de rua e não heterossexual apresentou-se como entrave na utilização dos serviços de saúde e assistência social, assim como motivador de violências.

**Palavras-chaves:** Identidade de Gênero. Pessoas em Situação de Rua. Violência.

**Abstract:** The article discusses the effects of gender relations in the violence experiences in the trajectories of homeless persons in the city of Florianópolis/SC from a research developed in the months of January and February 2016, with social constructionist stance, using individuals interviews with gay people, lesbians and heterosexuals living on the streets and records from the participant observation. Violence in the family context arising from the non-acceptance of gender identities were pointed as a reason for going to the street and how aggravating to violence situations in the street context. The stigma for being homeless persons and not heterosexual was presented as obstacles in the use of health services and social assistance, as well as motivating violence.

**Keywords:** Gender Identity. Homeless Persons. Violence.

## 1. INTRODUÇÃO

Desenvolver estudos com pessoas que habitam as ruas apresenta-se como um grande desafio, principalmente quando investigam-se as violências nas relações de gênero. A complexidade desse desafio tem três entraves centrais: a essencialização do Estado, das pessoas que moram nas ruas e das relações de gênero nos repertórios narrativos.

Para Pierre Bourdieu<sup>1</sup>, a partir do entendimento do Estado como algo natural e existente, não há possibilidade de concebê-lo como construído nas relações cotidianas dos agentes sociais<sup>1</sup>. A definição clássica para este objeto nas Ciências Políticas é a de Weber, em que Estado é: "uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima). Ele é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física."<sup>2</sup> (p. 10).

Bourdieu<sup>1</sup> coloca que Estado é "o nome que damos aos princípios ocultos, invisíveis - para designar uma espécie de *deus absconditus* - da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação tanto física como simbólica assim como da violência física e simbólica"<sup>1</sup> (p. 34). A violência simbólica são os mecanismos de cumplicidade entre quem sofre e quem se submete a relações de poder, que operam violências, de maneira inconsciente<sup>3</sup>.

Do Estado pressupõem-se as ações para a manutenção da ordem pública através da violência física legitimada, produzindo e operando classificações sociais que originam as identidades sociais legítimas e identidades deslegitimadas. Sendo assim, adotamos a perspectiva de Bourdieu, na qual o Estado, ou atos de Estado, é essencializado pela crença produzida através e em relações sociais nas quais as violências reproduzem marcas nas vidas das pessoas<sup>1</sup>.

Nas trajetórias de vida de moradores de rua (MR), em especial as mulheres heterossexuais e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBTT), manifestam-se violência física, psicológica, sexual e por negligência/abandono, sendo exercida no ambiente familiar, na própria rua e nas instituições de apoio<sup>4</sup>.

Sabe-se que essa relação entre agentes e estruturas, agentes e sociedades, agentes e atos de Estado é tema de grande debate no campo das Ciências Sociais, sendo preponderante a busca por uma abordagem que aproxime esses dois polos. Neste sentido, Norbert Elias, propõe uma abordagem relacional com vistas a minimizar esta lacuna, abordando os processos implicados por dinâmicas próprias, nas quais razões individuais possuem um papel, mas não podem ser reduzidas a essas razões<sup>5</sup>.

Os estudos na Saúde Coletiva abordam de forma incipiente essa dicotomia agente/estrutura e o conceito de Estado, conforme o entendimento na Sociologia e na Ciência Política, de maneira muitas vezes acrítica, naturalizando o Estado como bom e valor de bem. Ressalta-se que este trabalho não intenciona produzir um estado diabólico<sup>1</sup>.

Entretanto, esta compreensão radical do funcionamento desses mecanismos é fundamental para o questionamento profundo das relações violentas, inclusive das contidas nas políticas públicas e ações de saúde para que seja possível aperfeiçoá-las.

As ações governamentais para as pessoas que vivem na rua no Brasil estão pautadas em duas perspectivas: a individualizadora e a macroestrutural. A primeira parte do pressuposto que estar na rua é um problema que suscita intervenções de governo para resolução da situação pela simples retirada das pessoas da rua, a segunda é construída pautada num diagnóstico de causalidades macroestruturais, que subentende as pessoas em situação de rua como os sujeitos da "falta"<sup>6</sup>.

Apesar de partirem de perspectivas de causalidade distintas, ambas essencializam o morador de rua, como uma figura única, natural e inanimada. Deste modo, ignoram a complexidade das relações entre esse agentes, seus vínculos e significados sociais, tornando a rua um espaço ontológico da exclusão por excelência e/ou entendido unicamente a partir da lógica das necessidades de sobrevivência, em comparativo e valorado negativamente com o que seria a inclusão, ou seja, possuir residência fixa<sup>6</sup>.

A vida na rua é negada enquanto espaço de construção de relações sociais e simbólicas e isso, além do caráter violento, impossibilita o diálogo das ações e políticas com as experiências e necessidades dos MR. Retrato desta distância, percebe-se na explosão do número de pessoas morando nas ruas no Brasil, que no ano de 2008, era de aproximadamente 50 mil<sup>7</sup> saltando em 2016 para 101.854<sup>8</sup> demonstrando que a população cresceu de forma muito acelerada nos últimos 8 anos.

Judith Butler, afirma que no processo de socialização em que se constroem as expressões legítimas e ilegítimas, faz-se o enquadramento do que admite-se como legítimo, inteligível, humano. O que não é enquadrado toma-se como ilegítimo, não inteligível, não humano, ou seja, "abjeto", que é passível de sofrer as consequências das relações violentas, com pouca, ou mesmo sem comoção social<sup>9</sup>.

Na contramão da essencialização dos gêneros, Judith Butler, aponta que eles são constituídos como resultado de performatividades. Deste modo, não tem existência em si, entretanto são realidades construídas a partir de contextos que são naturalizados, mas que são processuais e contingentes. A atribuição de nomes, comportamentos e termos à materialidade de características específicas do gênero, produzem tecnologias e funcionamentos para o corpo<sup>10</sup>. Sendo que "a performatividade não é, assim, um ato singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas"<sup>11</sup>(p. 167).

Tal percepção social discriminatória tem efeitos sobre os indivíduos que compõem a população LGBT, a partir do padrão heteronormativo, que os coloca em situação de vulnerabilidade havendo notadamente a sujeição destes aos atos discriminatórios e violentos, com grande impacto na saúde<sup>12</sup>.

Estudos nos EUA apontam que 20% dos jovens e adultos que vivem nas ruas identificam-se como LGBT<sup>13;14;15</sup>. Uma das hipóteses para esta proporção elevada vincula-se à maior propensão dos jovens LGBT a serem expulsos ou saírem de casa de forma precoce quando não possuem uma rede de apoio<sup>15</sup>.

Estima-se que cerca de 60% dos homens MR do Rio de Janeiro têm relações homossexuais<sup>16</sup>. Em estudo realizado em um albergue masculino em São Paulo, percebeu-se que apesar do preconceito contra homossexuais, há muito “namoro e sexo” entre os homens em situação de rua nos dormitórios dos albergues<sup>17</sup>.

Pesquisa desenvolvida no bairro do Brás em São Paulo, relatou a presença de “homossexuais afeminados” nas ruas e refeitórios dos albergues com um comportamento discreto. Apesar da performatividade apresentada não impedir a convivência com outros MR, havia certa estigmatização<sup>18</sup>. No censo da população de rua, realizado pela prefeitura de São Paulo no ano de 2015, constatou-se que cerca de 10% dos entrevistados identificam-se como LGBT<sup>19</sup>.

Apesar da presença desta população nas ruas, ambiente em que as relações de violência apresentam-se de forma mais exacerbada, e da importância das discussões de gênero neste cenário, percebe-se uma escassez de estudos que abordem essa temática no Brasil. O objetivo deste trabalho foi analisar a intersecção entre as relações de gênero e violências nas trajetórias de MR do município de Florianópolis/SC.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa<sup>20</sup>, construída em uma postura construcionista social<sup>21</sup>. Mediante a configuração do campo de pesquisa foi adotada uma postura etnográfica de observação no cotidiano para levantamento de informações e seleção dos interlocutores para entrevistas<sup>22</sup>.

A pesquisa foi desenvolvida nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, nas ruas do município de Florianópolis/SC. A população de rua de abordada neste trabalho, concentra-se na região central do município, no bairro Centro e arredores, local de grande fluxo de pessoas e a presença de comércios e serviços. Nessa região encontram-se instituições de apoio para esta população.

O pesquisador frequentou diariamente em diferentes horários, por dois meses, os espaços em que os moradores habitam na cidade, inicialmente com o intuito de adentrar ao campo e posteriormente com o intuito de manter e reforçar os vínculos para o desenvolvimento da pesquisa. Mediante convite realizado pelos MR o pesquisador permaneceu um período de 24hs na rua para experimentar as vivências na rua.

Utilizou-se diário de campo para registro das percepções do pesquisador sobre os espaços, ações, expressões, também *insights* e inquietações provenientes da observação no cotidiano, além de partes de relatos expostos durante as conversas<sup>23</sup>. Realizou-se entrevista individual não estruturada com os interlocutores apresentados no Quadro 1<sup>24</sup>.

O convite para as entrevistas foi realizado por meio de amostragem de conveniência, sem a pretensão de uma representatividade numérica. Os MR que possuíam a experiência e vivência relacionadas ao que se desejava estudar foram incluídos<sup>25</sup>, exceto os menores de idade.

**Quadro 1:** Perfil dos moradores de rua do município de Florianópolis/SC contatados durante a pesquisa de campo.

Interlocutor	Idade	Sexo	Identidade de Gênero	Orientação Sexual
1	25	Masculino	Homem	Heterossexual
2	22	Masculino	Homem	Heterossexual
3	32	Masculino	Homem	HSH*
4	30	Masculino	Homem	Heterossexual
5	39	Masculino	Homem	Heterossexual
6	55	Masculino	Homem	Heterossexual
7	35	Masculino	Homem	HSH*
8	27	Feminino	Mulher	Heterossexual
9	26	Feminino	Mulher	Heterossexual
10	27	Masculino	Homem	Heterossexual
11	30	Masculino	Homem	Heterossexual
12	38	Masculino	Homem	HSH*
13	32	Masculino	Gay	Homossexual
14	26	Masculino	Homem	Heterossexual
15	50	Masculino	Homem	Heterossexual
16	29	Masculino	Homem	HSH*
17	31	Feminino	Mulher	Heterossexual
18	33	Masculino	Homem	Heterossexual
19	28	Masculino	Homem	HSH*
20	24	Feminino	Mulher	Heterossexual
21	30	Masculino	Gay	Homossexual
22	27	Feminino	Lésbica	Homossexual
23	26	Feminino	Lésbica	Homossexual
24	40	Masculino	Homem	Heterossexual
25	30	Feminino	Mulher	Heterossexual
26	19	Masculino	Homem	Heterossexual
27	19	Feminino	Mulher	Heterossexual
28	40	Masculino	Homem	Heterossexual

\*HSH – Homens que fazem sexo com outros homens.

As entrevistas foram realizadas de forma dialogada e os interlocutores foram convidados a contar sua trajetória social. O direcionamento da conversa foi feito a partir dos seguintes tópicos: Motivos que o levaram para a rua; Processo da saída de casa e fixação na rua; Motivos que o mantém na rua; Relações com os outros MR, com os não MR e com as instituições de apoio. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra para análise.

A análise foi realizada por meio de imersão do pesquisador nas informações coletadas. Não foram utilizados categorias ou eixos temáticos pré-estabelecidos, mas sim a descrição e relato dos sentidos construídos acerca das relações de gênero e experiências de violência nas trajetórias dos MR. A partir da descrição, foram construídos três eixos de análise e realizada reflexão do pesquisador, a partir da perspectiva da elisiana, acerca dos sentidos produzidos pelos MR sobre as experiências de violência nas suas trajetórias. O material oriundo das análises foi discutido a partir da literatura científica de gênero, MR e violência.

O estudo foi aprovado, sob o protocolo nº104963/2015, pelo CEPESH/UFSC, conforme a Resolução CNS 466/12.

### 3. Resultados e discussão

#### 3.1 Violências no Âmbito Familiar

A ida para a rua geralmente representa a última alternativa do percurso de indivíduos que rompem seus vínculos familiares, redes de amigos e trabalho. Sendo as trajetórias dessas pessoas marcadas por complexos processos de vulnerabilidade e desfiliação social<sup>16</sup>.

A motivação principal para a saída de casa foi a diferença de valores entre os membros da família, que culminaram em relações de controle excessivo das atitudes ou mesmo a não aceitação das características identitárias do outro. No caso das pessoas lésbicas e gays essa incompreensão motivou agressões constantes, culminando em casos de violência intrafamiliar, estopim para a saída de casa<sup>26</sup>.

"Minha vó não queria nem ouvir falar de eu ficar com outras mulheres. Ou muda ou vive na porrada."(Inter. 23)

Apesar de semelhantes, a forma dos atos violentos variou de acordo com a identidade de gênero. Enquanto as mulheres lésbicas foram submetidas a abuso sexual, geralmente "estupro corretivo", os homens gays foram submetidos a agressões físicas.

Nota-se que essa diferença no tipo de violência remete ao que Pierre Bourdieu, denomina de dominação masculina, ou seja, a significação das mulheres enquanto vulneráveis fisicamente e submissas<sup>27</sup>. Afastando-as de violências físicas severa no cenário familiar e lhes submetendo a abusos sexuais<sup>28</sup>.

"Ele queria me matar mesmo, achava que era uma coisa ruim (ser gay). Foram umas oito facadas... dai eu fugi e sem volta."(Inter. 13)

"Nunca foi aceito lá em casa, mas o que me fez não pensar duas vezes foi depois que o meu pai e meu tio fizeram aquilo comigo (estupro corretivo). Queriam que eu aprendesse a gostar de pau a força!"(Inter. 22)

O estupro corretivo é descrito na literatura nacional como uma prática vinculada a mulheres lésbicas com o intuito de ajustar o comportamento das meninas e mulheres que são lésbicas<sup>29</sup>. No caso dos homens gays as violências, também motivadas pela homofobia, foram de caráter físico, com agressões. Essas práticas violentas descritas entre a população LGBT aparecem com frequência<sup>30</sup>, mas a relação destes atos com a ida para as ruas é um achado ainda não descrito na literatura.

A violência simbólica, com a construção de categorias legitimadas socialmente e operadas nas relações cotidianas de modo imperceptível, surgiu nas tentativas de cura para o que as famílias significavam como transtorno mental<sup>3</sup>.

"Quando assumi que era viado, eles tentaram me tratar me levaram pra culto na igreja, numa mulher que fazia feitiço. Pensei várias vezes que era doido."(Inter. 13)

"Todos sabiam que eu era gay, só que quando eu falava nisso... Sabe? Eles queriam me levar no médico."(Inter. 21)

As discussões acerca da patologização e despatologização das identidades de gênero que escapam da heteronormatividade movimentam discussões no cenário científico e na sociedade em geral<sup>31</sup>, entretanto a percepção do transtorno mental/doença é presente nas relações sociais com efeitos nas trajetórias desses MR.

Nota-se que os cenários pregressos desses MR foram marcados por posturas

heteronormativas, que consideram a heterossexualidade como única possibilidade aceitável de orientação sexual, sendo essa compulsória<sup>32</sup>.

Corroborando com isso, estudos da Austrália e Inglaterra demonstram que conflitos familiares são estopim para a saída de casa das pessoas LGBT moradoras de rua, em geral motivados pela não aceitação das identidades de gênero não heterossexuais<sup>33;34</sup>.

As mulheres heterossexuais apontam para as relações conflituosas com as figuras masculinas, com posturas machistas. A presença do controle excessivo sobre as atitudes e performatividades foram narradas como violentas e impeditivas ao exercício da autonomia. Tal comportamento controlador sustenta-se nos discursos da dominação masculina, que atribui ao feminino características de objeto de posse e controle do masculino<sup>3</sup>.

“Meu pai não queria nem me ver quando ficava sabendo de meus namoricos. Não podia fazer nada! E eu queria aproveitar aquela fase. E a situação foi ficando cada vez mais doida e eu fugi e caí na rua, as vezes me arrependo. Mas aqui é bom também”(Inter. 20)

As narrativas dos homens remetem às atribuições sociais designadas e cristalizadas do “ser homem”, relacionadas a uma imagem objetivo de masculinidade hegemônica<sup>35</sup>. Percebe-se que a frustração das expectativas, socialmente construídas, provocam vergonha e sofrimento constante, fazendo com que não se veja outra possibilidade para a solução desse a não ser o rompimento com aquele contexto.

“Ser homem de verdade é dar conta de sustentar a família.”(Inter. 12)

“Homem traído não tem moral nenhuma é uma vergonha... é só piada de todo lado.”(Inter. 12)

Percebe-se que é latente a atenção às masculinidades, uma vez que as desigualdades de gênero são construídas de forma relacional, o que produz efeitos violentos tanto para homens quanto para as mulheres<sup>35</sup>. Embora os efeitos da dominação masculina sobre as mulheres sejam perceptíveis em um olhar histórico, pouco se investiga sobre quais são os efeitos dessa dominação masculina para os homens. Considerando que a proporção de homens morando na rua compõe cerca de 80% dessa população, percebe-se a necessidade de aprofundar essa discussão para uma melhor compreensão dos processos sociais envolvidos nas trajetórias dos homens moradores de rua<sup>35</sup>.

Os sentidos atribuídos para saída de casa pelos MR variaram em seu motivo, enquanto alguns foram forçados a deixá-la, outros buscaram nessa atitude uma forma de evitar a continuidade das relações violentas. Assim, de formas diferentes, os efeitos as relações de gênero apresentaram-se como pontos centrais e definidores na quebra dos vínculos que culminaram na ida para a rua. Todavia, a ida para a rua é marcada por diversas e constantes desfiliações acompanhadas de outras vulnerabilidades socioeconômicas pregressas à vivência nas ruas<sup>36</sup>.

Essas vulnerabilidades produzem sequelas sociais que mediante a ineficácia dos atos de Estado na promoção de políticas que equalizem essas desigualdades permitem a eminência de uma miséria crônica da população<sup>36</sup>. Neste cenário, os filhos da miséria, com condições sociais, econômicas e de capital social fragilizadas lidam em suas trajetórias com incertezas e situações que impõe a rua como única possibilidade<sup>37</sup>.

### 3.2 Violências na Rua

Habitar as ruas exige uma adequação às regras dos que já se encontram nela, tendo que se submeter a situações de violência e disputas territoriais. Neste processo de resignificação das ruas como local de residência, vivencia-se o rompimento com o padrão da casa como local em que se situa a proteção, privacidade e intimidade. Assim, submetem-se ao perigo, à publicidade, e de

forma paradoxal ao anonimato da rua, pelas invisibilidades sociais<sup>38</sup>. Ao transformarem o espaço público em privado convivem com diferentes situações como a exposição a intempéries e a diferentes formas de violência<sup>39</sup>.

Tendo em vista a elevada proporção de homens morando nas ruas<sup>7:8</sup>, performar características femininas é ser alvo de cobiça. A permanência na rua faz com que muitas mulheres sejam assediadas e sofram violência sexual por parte dos homens. Muitas buscam proteção mantendo relação fixa com homens que detém poder e legitimidade. No caso das lésbicas além de associarem-se a outros MR, geralmente apresentam performatividades masculinizadas, com características agressivas na fala e na forma de se portar:

"Comigo aconteceu no início... todo mundo me queria, era carne nova. Depois que meu namorado foi morto foi difícil. Fui estropada algumas vezes e se reclamasse ainda batia na gente! Só que agora nunca mais aconteceu, eu sempre tenho um namoradinho, sabes!?"(Inter. 20)

"Aqui eles me respeita, ta ligado! Eu não quero nem saber, empurro e faço tudo que dá, se precisar pego um pau e bato na cabeça do cara!"(Inter. 23)

Este mesmo comportamento de impossibilidade de dizer não para as relações sexuais está presente e outros contextos brasileiros, sendo que é constante a busca por alguém que traga proteção<sup>40</sup>. Nesse sentido, percebe-se uma agudização da dominação masculina, tanto pela objetificação da mulher quanto pela necessidade ou busca de proteção<sup>27</sup>.

Nota-se que apesar da pluralidade de *performatividades*, existem duas formas principais de construir o corpo, a depender das intenções e disposições. Uma apresenta características ligadas ao masculino, como os cabelos, roupas, postura, forma dos gestos e falas e distanciam-se das práticas sexuais, e em geral dispensam a proteção dos outros MR. A outra apresenta com características femininas, com sensualidade exacerbada, relacionam-se na troca de sexo exclusivo por drogas, alimentos e proteção. Nesse sentido, desnaturaliza-se a ideia das identidades como condições diretamente ligadas aos desejos ou condições biológicas, entendendo-as como *performatividades* implicadas num processo social complexo que tem por fim a necessidade da sobrevivência no contexto da rua<sup>10</sup>.

As vivências na rua estão intimamente relacionadas com o consumo constante de drogas lícitas e ilícitas. Estudo realizado com MR identificou o consumo de drogas como forma de censurar os desconfortos provenientes da falta de higiene no contexto da rua<sup>40</sup>. No presente trabalho percebeu-se que o uso de drogas é realizado para manter-se acordado durante a madrugada, pela insegurança de dormir nas ruas, ou ainda como forma de conseguir dormir, ignorando os riscos das violências presentes.

"Quando eu comecei dormir na rua tinha muito medo. As vezes eu usava droga pra ficar acordada e faço até hoje. E também já usei pra dormir, dai usava até apagar mesmo"(Inter. 22)

Os homens que fazem sexo com outros homens e os gays sofrem também com o assédio, mas de forma clandestina. Apesar de certa cumplicidade nessas relações, muitas vezes por medo de agressões físicas, alguns homens se submetem a relações sexuais forçadas.

"Sempre tem um querendo, bebem, fumam e vem... Ficam carentes e brabos. Tem vez que eles desce a porrada se não faço nada... Tem dia que nem quero só que tem que fazer!"(Inter. 21)

Estudos com MR no Brasil também evidenciaram a prática de sexo entre homens “na calada da noite”, principalmente sob o efeito das drogas. Entretanto, a sujeição a atos violentos nessas relações não foi descrita nestes estudos<sup>38;40</sup>.

Apesar da convivência entre as pessoas com diferentes performatividades de gênero na rua, é presente a violência de gênero entre os MR em relação aos gays, lésbicas.

“Nem fico perto dos que fica rindo de mim e tem um monte assim. Já saí de casa por isso e aqui fico perto de quem me aceita né... mas tem uns aí que se deixa te batem por isso”(Inter. 21)

Em trabalho realizado em uma cidade do Nordeste brasileiro foi identificada certa discriminação por parte dos outros moradores na presença de homossexuais<sup>38</sup>. Estudo etnográfico realizado na cidade de São Paulo constatou que há convivência de gays com moradores heterossexuais, mas com diversas atitudes de estigmatização<sup>18</sup>.

Mesmo neste cenário, considerando a fluidez nas relações e convivências nas ruas, as narrativas apontam para uma possibilidade de expressão das identidades gênero diferente das que tinham quando não moravam nas ruas.

“Eu to bem assim, quero sair daqui, mas nunca pra voltar de onde vim.”(Inter. 22)

“Ser viado na rua não é fácil, mas prefiro do que quando tava em casa.”(Inter. 21)

Nesse sentido, apesar das experiências violentas, a rua se conforma não apenas como uma situação imposta, mas também como um espaço de resistência às violências sofridas. Sem desconsiderar o processo de exclusão a que estão submetidos ao habitarem as ruas - é possível perceber que este movimento de saída de casa e a permanência nas ruas implica em ações de agência que os permitem construir nas ruas espaços de vivências e em alguns casos, durante este período, vislumbrar uma saída delas.

### 3.3 Violências nas Instituições

Os MR tem contato frequente com dispositivos que operam atos de Estado, como é o caso das instituições de apoio, os serviços de saúde e os agentes de segurança e limpeza. Anterior às questões de gênero, percebe-se que a relação dos agentes das instituições com os MR remete aos corpos abjetos, não inteligíveis, que situam-se fora das margens que enquadram o que é normal, ou mesmo humano<sup>9</sup>. Tal significação parece justificar simbolicamente as relações violentas desenvolvidas nas diversas instituições que lidam com a população de rua<sup>4</sup>.

Ao utilizar os serviços oferecidos pelas instituições de apoio, como albergues e o Centro POP, há constante relação de punição, por abuso psicológico e físico, por parte dos agentes públicos. Tais atitudes enfatizam características essencializadas dos MR, como seres abjetos, aos quais os atos de Estado colocam-se a ajudar e não a prestar um serviço a pessoas dotadas de direito.

“Eu não fico lá no albergue, tem guarda que trata nós que nem bicho.(Inter. 12)

“Curto o POP, mas tem uma galera lá que é muito folgada, parece que tão fazendo favor pra gente, sabe?”(Inter. 22)

A canonização de classificações sociais que originam as identidades sociais legítimas e

ilegítimas operam e justificam as violências, os MR são tomados por pessoas sem lugar, sem relações, não humanos<sup>1:9</sup>.

A lógica utilizada na construção e oferta de serviços para esta população pauta-se em normas e comportamentos do que é legitimado socialmente. Deste modo, tornam-se violentas<sup>39</sup> e incompatíveis com as necessidades dos MR.

"E é tudo com regra, tem que chegar e sair tudo bem cedo. Só me fala como vou conseguir levantar minha grana com os caras na rua? Ficar la dormindo pra mim não dá!"(Inter. 12)

Os atos de Estado veem somente mendigos, abjetos, totalizados em uma categoria superficial que se relaciona tão somente com o morar ou não morar em casas. Produz-se assim uma abjeção essencial, que constrói uma relação com a "essência" de um morador de rua, vazio em outros sentidos<sup>9</sup>.

Sabe-se da dificuldade em atrair os MR para os serviços de apoio, entretanto, ao se observar as relações de violência institucional operadas pelos agentes, com chancela dos atos de Estado, direcionados a uma ressocialização abrupta e descontextualizadas das vivências dos MR, é possível compreender esse distanciamento<sup>41</sup>.

Nota-se que as pessoas LGBT que vivem nas ruas sofrem uma segunda abjeção, por um duplo "desenquadramento" no contato com as instituições de apoio. Ao observar a trajetória destes MR, percebe-se a constante sujeição a experiências violentas. Nota-se uma constante busca pela normalização dos comportamentos.

"Fui no POP e sentou um funcionário do meu lado. Me olhou meio torto! Eu já perguntei pra ele o que ele queria assim sabe na cara... E ele ficou se rindo todo e falou: 'ó a sapata ta brabinha, vai me bater'."(Inter. 23)

As atividades institucionais direcionadas aos MR, mediante às políticas públicas, partem de um pressuposto assistencialista, sendo que há uma postura de medicalização deste fenômeno<sup>40</sup>. Essa reduz um problema social de grande complexidade por meio de "diagnósticos" específicos, partindo de preceitos higienistas, para a remoção das pessoas de centros urbanos e locais de interesse econômico, despreocupando-se com o que é proporcionado para sair da rua ou manter-se nesse espaço em melhores condições<sup>38</sup>. Percebe-se que os serviços de saúde também tendem a trabalhar a partir desse enfoque reducionista, que muitas vezes afasta-os desses espaços.

No que tange a Atenção Básica e os Consultórios de Rua, é nítido o não acesso dessa população aos serviços. Além do desconhecimento em relação aos direitos, o auto preconceito faz com que muitos não busquem os serviços de saúde.

"Nem sabia que existia esse tal de consultório pra morador de rua... no postinho aqui da prainha nem vou, tem uns que vai e é enxotado na entrada! Tenho vergonha de como to, as vezes fico com cheiro ruim e as pessoas sabem que moro na rua."(Inter. 23)

O material desenvolvido pelo Ministério da Saúde para atenção a população de rua em 2014<sup>42</sup> ressalta a necessidade de abertura da rede assistencial, principalmente da Atenção Básica, para o acompanhamento dessas pessoas, entretanto, as práticas nos serviços de saúde não são construídas para atenção desta população. Isso promove abordagens violentas a pessoas com notável necessidade de atenção a saúde, desde cuidados básicos na confecção e troca de curativos, até casos de doenças pulmonares, HIV/AIDS entre outros<sup>16</sup>.

A falta de atenção adequada no nível primário faz com que os MR acessem os serviços somente em casos extremos, quando não conseguem mais conviver com a dor ou se acidentam, indo nas unidades hospitalares para serem atendidos em emergências<sup>42</sup>.

"Se to doente tento me virar, pego um remédio com um conhecido. Às vezes vou na emergência. Quando to muito mau sabe quase morrendo. Num acidente que tive o SAMU me levou, aí entra direto." (Inter. 13)

A expressão de gênero não heterossexual foi colocada como um entrave na forma de atendimento nos serviços de assistência e saúde, visto que parece prejudicar o acesso que já é dificultado pela condição de morar na rua<sup>42</sup>.

Por outro lado, os atos de Estado mais próximos dos MR são as ações dos agentes de segurança e limpeza. Periodicamente incursões de policiais e funcionários da limpeza são realizadas para retirada dos MR e seus pertences de marquises, bancos e calçadas.

"Toda semana vem a COMCAP com a polícia. Eles vem e leva tudo, joga no caminhão do lixo o que tiver na frente!" (Inter. 11)

Além disso, nesta relação hierárquica há relatos de violência sexual, geralmente com as mulheres, que pela situação de vulnerabilidade social não vislumbram formas de resistência para tais atos.

"Aqui se a polícia vem e te pega, faz o que quer. Tu vai reclamar pra quem? Ja teve amiga minha aqui que foi estropada por eles" (Inter. 22)

Pela percepção da atribuição de manutenção de ordem, que não suscita à não presença dos MR, delegada aos policiais, é comum medo das sanções desses entre os MR. Devido a isso, submetem-se as essas ações pelo receio de punições mais severas. Apesar de abordar as violências contra as mulheres que moram nas ruas, no estudo não foi constatada a violência sexual pelos agentes de segurança<sup>28</sup>.

### 3. Considerações finais

Percebe-se que as relações de gênero estão intimamente relacionadas aos processos violentos de desfiliação e quebra de vínculos familiares, que culminam na saída de casa e direcionamento para as ruas. Além disso, os efeitos dessas permeiam também as relações sociais nas ruas e com as instituições, fazendo com que as mulheres heterossexuais e lésbicas, bem como os homens gays, sofram com relações violentas nas ruas.

Embora seja uma população marcada pela pluralidade, tanto nas trajetórias quanto nos objetivos futuros, a situação atual de adversidades leva os MR a construir novos significados e relações simbólicas consigo e com os demais. Nesse sentido, adentrar neste espaço, seja para o desenvolvimento de uma pesquisa, mas principalmente na condição de "novo morador de rua" requer um processo de negociação e reconstrução das identidades, a partir de narrativas e possibilidades de um contexto liminar e marcado pelas violências.

Nesse sentido, há necessidade de rever o enfoque das estratégias públicas e privadas, ainda voltadas para ações de higiene social, por meio de ações coercitivas, com recolhimento de pertences, implantação de "estratégias anti-morador de rua" em viadutos e marquises, com a intenção de retirar a população das regiões centrais da cidade. Além disso, repensar as estratégias de atenção aos MR, a partir de uma perspectiva da rua, é fundamental para minimizar a relações violentas e possibilitar a reconstrução das trajetórias dessa pessoas. Nesse caminho, que mediante o cenário político/ideológico passa a ser um desafio ainda maior, se espera que a

população de rua possa significar esses cenários, intra ou extramuros, como locais de exercício de direitos e cidadania.

#### 4. Referências Bibliográficas

1. Bourdieu P. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras; 2014.
2. Weber M. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix; 2004.
3. Bourdieu P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2007.
4. Mattos RM, Ferreira RF. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicol Soc* 2005; 16(2): 47-58.
5. Elias N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar; 1994.
6. Schuch P, Gehlen I, Dornelles AE. A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: FASC; 2012.
7. Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social; 2008.
8. Natalino MAC. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea; 2016.
9. Butler J. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2015.
10. Butler J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.
11. Butler J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: Louro GL, editora. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica; 2001. p.151-172.
12. Carrara S, Vianna A. Tá lá o corpo estendido no chão: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis* 2006; 16(2): 233-249.
13. Cochran B, Stewart A, Ginzler J. Challenges faced by homeless sexual minorities: Comparison of gay, lesbian, bisexual, and transgender homeless adolescents with their heterosexual counterparts. *Am J Public Health* 2002; 92(5): 773-7.
14. Kennedy MR. Homeless and runaway youth mental health issues: No access to the system. *J Adolesc Health* 1991; 12(7): 576-9.
15. Hyde J. From home to street: Understanding young people's transitions into homelessness. *J Adolesc* 2005; 28(2): 171-183.
16. Escorel S. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1999.
17. Costa DLR. (Dissertação). A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.
18. Frangella SM. (Tese). Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004.
19. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo. São Paulo: Fipe; 2015.
20. Bosi MLM, Mercado FJ. Pesquisa qualitativa de serviços de saúde. Petrópolis: Vozes; 2007.
21. Spink MJ. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Rio de Janeiro: BVCE; 2010.
22. Aragaki SS. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: Spink MJ, editora. A produção de informação na pesquisa social: A produção de informação na pesquisa social. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; 2004. p. 57-72.
23. Cardona MG, Cordeiro RM, Brasilino J. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: Spink MJ, editora. A produção de informação na pesquisa social: A produção de informação na pesquisa social. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; 2014. p. 123-48.
24. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec; 2007.
25. Patton MQ. Qualitative evaluation and research methods. Beverly Hills: SAGE Publications; 1990.

26. Perucchi J, Brandão BC, Santos HI. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estud Psicol* 2014; 19(1): 67-76.
27. Bourdieu P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bestbolso; 1998.
28. Alves MER. As moradoras de rua entram em cena: a violência contra a mulher moradora de rua como uma das expressões da "questão social". In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas; 2003. São Luís.
29. Santos TN, Araujo BP, Rabello LR. Percepções de lésbicas e não-lésbicas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em casos de lesbofobia intrafamiliar e doméstica. *Bagoas* 2014; 8(11): 101-19.
30. Machado RWG. População LGBT em situação de rua: uma realidade emergente em discussão. *Rev EDUC* 2015; 1(3): 57-67.
31. Moita G. A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos. *Rev Crit Cienc Sociais* 2006; 76: 53-72.
32. Warner M. *Fear of a queer planet: Queer politics and social theory*. Minnesota: University of Minnesota Press; 1993.
33. Dunne G, Prendergast S, Telford D. Young, gay, homeless and invisible: a growing population? *Cult Health Sex* 2002; 4(1): 103-15.
34. Mallett S, Rosenthal D, Averill R. *Moving out, moving on: young people's pathways in and through homelessness*. London: Routledge; 2009.
35. Bento B. *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*. Natal: EDUFRN; 2015.
36. Dowbor L. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes; 1998.
37. Bourdieu P. 2001. O capital social: notas provisórias. In: Nogueira MA, Catani A, editores. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes; 2001. p. 67-9.
38. Langa ENB. (Dissertação). *Pessoas que habitam as ruas em Fortaleza nos circuitos da vulnerabilidade e exclusão: identidades em construção nas trajetórias e percursos*. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2012.
39. Sotero M. Vulnerabilidade e vulneração: população de rua, uma questão ética. *Rev Bioet* 2011; 19(3): 799-817.
40. Varanda W, Adorno RCF. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde Soc* 2004; 13(1): 56-69.
41. Giorgetti C. *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: Fapesp; 2014.
42. Brasil. Ministério da Saúde. *Saúde da população em situação de rua: um direito humano*. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

---

Artigo Recebido: 10.09.2019

Aprovado para publicação: 06.02.2020

**Dalvan Antonio de Campos**

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Ciências da Saúde - Departamento de Saúde Pública, sala 124

R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n, Trindade - 88040-900 – Florianópolis, SC – Brasil

Telefone: (11) 3721-4869

Email: dalvandecampos@gmail.com

---